



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1012740-65.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **SAMARA DE SOUZA**
 Requerido: **'MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação de Reparação de Danos, movida por SAMARA DE SOUZA contra o 'MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, alegando que seu pai foi vítima de acidente de trânsito, em virtude de buraco na rua, não sinalizado pelo requerido, vindo a óbito, pois estava de moto e bateu a cabeça em uma caçamba. Sustenta que sofreu danos materiais e morais, que pretende ver ressarcidos.

O Município foi citado e apresentou contestação, alegando não ter responsabilidade pelo ocorrido, pois a vítima estaria embriagada e sem dormir, não sendo o buraco a causa determinante do acidente, devendo ser afastado o nexo causal.

Houve réplica.

O pedido foi julgado improcedente por este Juízo (fls. 153/155), sobrevivendo v. decisão monocrática do E. TJSP (fls. 187/189), que anulou a sentença pelo fato da ausência de intervenção do Ministério Público.

Com o retorno dos autos a esta vara, abriu-se vista ao Ministério Público, que opinou pela improcedência do pedido da autora (fls. 203/206).

É o relatório.

Fundamento e decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do Código de Processo Civil, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia.

Em respeito à decisão proferida pela Superior Instância, passo a prolatar outra sentença, porém, com mesmo fundamento e entendimento já expostos na anterior, porquanto nada se alterou do quadro já comprovado nos autos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O pedido não comporta acolhimento, não obstante se solidarize com a angústia da autora, diante das trágicas consequências do acidente.

A responsabilidade civil do Estado baseia-se na teoria do risco administrativo e no art. 37, da Constituição Federal, segundo o qual as pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. Assim, para obter a indenização basta que a vítima demonstre a ação ou omissão do estatal, o dano e o nexo causal entre este e o fato lesivo.

Se o dano decorrer de uma omissão estatal, a responsabilidade do Estado torna-se subjetiva, havendo necessidade de se perquirir a existência de culpa, pois somente a omissão do dever legal de impedir a ocorrência do dano tem o condão de ensejar a sua responsabilização. A culpa decorre do descumprimento do dever legal atribuído ao Poder Público de impedir a ocorrência do dano.

Nesse sentido é o ensinamento de Celso Antônio Bandeira de Mello: "[...] *quando o dano foi possível em decorrência de uma omissão do Estado (o serviço não funcionou, funcionou tardia ou ineficientemente) é de aplicar-se a teoria da responsabilidade subjetiva. Com efeito, se o Estado não agiu, não pode, logicamente, ser ele o autor do dano. E, se não foi o autor, só cabe responsabilizá-lo caso esteja obrigado a impedir o dano. Isto é: só faz sentido responsabilizá-lo se descumpriu dever legal que lhe impunha obstar ao evento lesivo*".

No caso em comento, a responsabilidade deve ser aferida pela identificação do elemento culpa, pois se imputa ao requerido omissão na manutenção da via pública.

É incontroversa a existência do buraco na via e o acidente que vitimou o genitor da autora, levando-o a morte, contudo, não restou satisfatoriamente demonstrado o nexo causal, ônus que cabia à requerente.

Conforme consta das informações prestadas pelo engenheiro do Município (fls. 63), havia um buraco bem próximo da caçamba, mas não faria sentido o condutor desviar do buraco em direção à caçamba e não para a esquerda, onde o espaço era bem maior. Poderia, ainda, ter reduzido a velocidade.

O policial Ricardo (fls. 79) chegou ao local após os fatos e informou que a


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

motocicleta tinha danos generalizados, denotando ter se chocado fortemente e que a caçamba estava regularmente instalada, a pista estava em boas condições de tráfego, tendo o fato ocorrido durante o dia, com boa visibilidade.

Por outro lado, o laudo necroscópio de fls. 82 aponta que a vítima teve afundamento da hemiface direita, afundamento com crepitação à palpação dos arcos costais direitos, fratura clavicular direita, fratura de punho direito e escoriação pré-tibial direita.

Tem-se, ainda, o laudo toxicológico (fls. 83), que aponta que a vítima estava com 1,0g/l de álcool no sangue e o relatório do inquérito policial, que informou ter apurado, com a oitiva do irmão da vítima, que ela havia trabalhado durante o dia dirigindo uma Van e a noite no bar, até as 5:00h, tendo havido comentários no bairro de que ela estava com o capacete apenas encostado sobre a cabeça ao passar ou desviar do buraco, tendo o capacete saído e ela acabou se chocando contra a caçamba.

O contexto fático apurado aponta para uma conduta imprudente da vítima, que dirigia embriagada, sem capacete adequadamente colocado e muito provavelmente em alta velocidade, tanto que os danos físicos e na moto foram de grande monta, tendo desviado para o lado da caçamba e não para o lado esquerdo, no qual o espaço era bem maior, sendo que a caçamba estava junto ao meio fio, não se podendo concluir que a existência do buraco não sinalizado foi o fator determinante do acidente, mas sim a conduta da vítima.

Desta maneira, diante da insuficiência probatória quanto ao nexo de causalidade, a improcedência do pedido é medida que se impõe.

Ante o exposto, julgo o processo de conhecimento, com resolução do mérito e IMPROCEDENTE pedido.

Condeno a autora a arcar com as custas judiciais e honorários advocatícios, que fixo, por equidade, por analogia inversa ao artigo 85, §8º do CPC, em R\$ 800,00, ficando suspensa a cobrança de tais verbas, por ser beneficiária da gratuidade da justiça.

Publique-se e Intime-se.

São Carlos, 01 de março de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA